

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE)

CNPJ: 06.977.747/0001-80

COMPANHIA FECHADA

**ATA DA 184ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE AGOSTO DE 2022**

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e vinte minutos, na Sede da Instituição, na Esplanada dos Ministérios Bloco "U" - Brasília – DF, reuniu-se o Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), secretariado por mim, ALESSANDRA LOPES COSTA ALVES DOS SANTOS, Secretária-Geral, por videoconferência. Participaram o Presidente do Conselho MAURÍCIO DE OLIVEIRA ABI-CHAHIN e os Conselheiros LUIS FELIPE MONTEIRO SERRÃO e MÁRCIA RIBEIRO ABREU.

ABERTURA.

O Presidente do Conselho Maurício Abi-Chahin cumprimentou os participantes e declarou aberta a reunião.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM.

Diante da participação de todos os Conselheiros no exercício da titularidade, restou configurado o atendimento do quórum estatutário.

APRESENTAÇÃO.

Como matéria extrapauta, foi convidada, por videoconferência, a Diretora Angela Livino, que relatou que foram previstas no orçamento de 2022 as despesas com o concurso e com pessoal, sendo o concurso realizado e homologado antes do período de defeso eleitoral e os aprovados convocados no final de julho. A Diretora explicou que a EPE solicitou diversas vezes suplementação para o *déficit* orçamentário na rubrica de pessoal e informou que a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), do Ministério da Economia (ME), posicionou-se no sentido de adotar a tese conservadora do Parecer SEI nº 10261/2021/ME, emitido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), quanto à interpretação do art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), alterado pela Lei Complementar 173/2021. Assim, tendo em vista que não foi autorizada suplementação orçamentária pela EPE, Angela Livino esclareceu que emitiu Resolução contextualizando o assunto e suspendendo temporariamente as convocações dos candidatos aprovados no 8º Concurso Público da EPE. Porém, a Diretora explicou que pode ainda haver alteração da decisão, tendo em vista que a tese conservadora defendida no Parecer da PGFN foi submetida à avaliação preliminar da Consultoria-Geral da União (CGU) da Advocacia-Geral da União (AGU), com vistas à aprovação do Advogado-Geral da União e a eventual inclusão dos entendimentos do referido parecer “nas futuras orientações a serem formuladas sobre as condutas vedadas aos agentes públicos em período eleitoral”. Após sanar dúvidas, a convidada retirou-se da reunião.

Ato contínuo, foi aprovada a ata da 183ª reunião do Conselho Fiscal.

Em seguida, por videoconferência, foram convidados o Superintendente de Recursos Financeiros Sandro Abílio e sua Adjunta Mariana Azevedo, que resumiram a matéria da área referente a junho de 2022, apresentando as certidões regularizadas, o extrato CADIN e os



Empresa de Pesquisa Energética

demonstrativos mensais das quatro unidades de faturamento do cartão corporativo. Luis Serrão solicitou apresentação ao Conselho em reunião posterior após reavaliação da Consultoria Jurídica sobre processo contido na certidão. Continuou-se com a apresentação do Demonstrativo da posição do Endividamento, das Demonstrações Contábeis, com o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, além dos Demonstrativos de Análise da Receita Operacional, do Demonstrativo de Custos e Despesas Operacionais, dos Demonstrativos de Receitas e Despesas Financeiras e dos Demonstrativos com os Indicadores de Desempenho Financeiro. O Superintendente comentou sobre as receitas de leilão e a reversão do prejuízo. Após, foram apresentados os Demonstrativos dos Gastos com Salários, Encargos Sociais, Benefícios, Pessoal Requisitado e Honorários, o Fluxo de Caixa do Exercício, os Demonstrativos de Controle de Restos a Pagar e o Demonstrativo com a Composição da conta contábil “Despesas Financeiras”.

Na sequência, Sandro Abílio resumiu a realização orçamentária, considerando a posição em junho de 2022, e apresentou o controle de restos a pagar. Questionada por Luis Serrão sobre o percentual de realização orçamentária até o momento, Mariana Azevedo informou que é de aproximadamente 65% em relação às despesas discricionárias. Foi entregue a tabela com as licitações em andamento e os contratos vigentes e após sanar dúvidas os convidados retiraram-se da reunião.

A seguir, Alessandra Lopes entregou as atas das 93ª a 95ª reuniões do Comitê de Auditoria, das 218ª a 223ª reuniões do Conselho de Administração e das 658ª e 661ª a 670ª reuniões da Diretoria Executiva, para conhecimento.

Ato contínuo, a tabela com o andamento das solicitações do Conselho Fiscal foi revista.

Após, foi convidado o Consultor Jurídico Bruno Bastos, que apresentou o relatório do 2º trimestre de 2022 dos Processos Judiciais e Administrativos, com os principais números, as alterações relevantes e os novos processos.

ENCERRAMENTO.

Por fim, às dez horas e cinquenta e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a 184ª Reunião do Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Assim, eu, Alessandra Lopes, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Conselheiros participantes e por mim.

(Assinado eletronicamente)

MAURÍCIO DE OLIVEIRA ABI-CHAHIN

LUIS FELIPE MONTEIRO SERRÃO

MÁRCIA RIBEIRO ABREU

ALESSANDRA LOPES COSTA ALVES DOS SANTOS